



17 DE MARÇO 2009
Terça-feira

- **NOTA CNI PARA A IMPRENSA - BARREIRA ARGENTINA PREJUDICA EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS**
- **PEC DO EMPREGO ENFRENTA DIFICULDADES NA AL**
- **PAULO BERNARDO DEFENDE PEC DO EMPREGO**
- **CONCORDATA DA GM SERIA CARA E ARRISCADA, DIZ WAGONER**
- **GASTO COM ACIDENTE DE TRABALHO CABE À EMPRESA**
- **O PRESIDENTE LULA CRITICA O CAPITALISMO EM ARTIGO AO FT**
- **INDÚSTRIA PROJETA RECUPERAÇÃO...INDÚSTRIA PROJETA RECUPERAÇÃO, MAS NUNCA DEMITIU TANTO ATÉ AGORA**
- **COPOM 1 NOTAS DAS CENTRAIS SINDICAIS**
- **ETHOS ENTREVISTA TAMAS MAKRAY A CRISE É O INÍCIO DE UM MUNDO NOVO**

Câmbio Em 16/03/2008		
	Compra	Venda
Dólar	2,269	2,270
Euro	2,944	2,946

NOTA CNI PARA A IMPRENSA - BARREIRA ARGENTINA PREJUDICA EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

17/03/2009 – CNI - NOTA PARA A IMPRENSA

A recente medida de ampliação do sistema de licenças não-automáticas de importação da Argentina, aplicável também aos sócios do MERCOSUL, representa um

retrocesso na qualidade das regras que regulam o comércio da região e deverá ter impactos negativos sobre as exportações brasileiras.

A Resolução 61/2009, de 4 de março, coloca 193 produtos de interesse exportador brasileiro subordinados ao regime de licenças não-automáticas, contra 58 que estavam nessa situação em 2007.

Esse regime atinge os seguintes setores exportadores: calçados, brinquedos, papel e celulose, confecções, fios e tecidos têxteis, produtos metalúrgicos, produtos para o lar (linha branca) e produtos variados, incluindo cutelaria, móveis, máquinas debulhadoras, tratores, discos de cd e fecho éclair.

Essas licenças de importação não-automáticas podem ser liberadas em até sessenta dias. Mesmo que as mercadorias embarcadas não sejam atingidas e que esse prazo seja observado com rigor, o efeito de desestímulo ao comércio deverá ser expressivo.

Os prejuízos para os negócios podem se materializar sob diversas formas:

- i) prejuízos econômicos concretos, com redução de vendas do Brasil;
- ii) perda de market share dos produtos brasileiros no mercado argentino em benefício de outros fornecedores. O quadro a seguir mostra a evolução recente do market share brasileiro comparativamente ao da China;
- iii) impacto negativo sobre o ambiente de negócios, gerado pela falta de previsibilidade sobre a política comercial argentina; e
- iv) reflexos negativos sobre o MERCOSUL.

Crise econômica mundial não pode servir de pretexto para nova onda protecionista entre parceiros comerciais.

Os efeitos dessas medidas são ainda mais graves por ocorrerem no âmbito de uma união aduaneira. A sequência de ações protecionistas não conduz a ganhos econômicos nem ajuda os esforços nacionais de superação da crise.

A CNI lamenta que a parceria Brasil-Argentina venha fracassando na busca de uma resposta coordenada aos desafios impostos pela crise e, ao contrário, possa ficar comprometida pelos impactos nocivos dos conflitos comerciais.

Os governos devem trabalhar para uma solução adequada do presente contencioso. Ao setor privado cabe cooperar com informações e subsídios, mas as regras do jogo comercial e de mercado devem ser respeitadas.

Brasília, 13 de março de 2009

PEC DO EMPREGO ENFRENTA DIFICULDADES NA AL

17/03/2009 – O Estado do Paraná

Vai ser mais difícil ressuscitar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Emprego do que previa a liderança do governo. A PEC do deputado Marcelo Rangel (PPS) teve 51 assinaturas de apoio, mas a mesa executiva decidiu encaminhá-la à Procuradoria Jurídica, antes de aceitá-la. O líder da oposição, Elio Rusch (DEM), alegou que a

Constituição Estadual proíbe que um tema rejeitado seja reapresentado na mesma sessão.

O líder do governo, Luiz Claudio Romanelli (PMDB), alegou que o regimento interno permite a reapresentação desde que a matéria tenha o apoio da maioria absoluta. Diante do conflito entre a Constituição e o Regimento, o presidente da Casa, Nelson Justus (DEM), optou por consultar a assessoria jurídica.

Além da nova PEC, há deputados lembrando que já existe lei sobre a concessão de benefícios fiscais às empresas. O deputado federal Ratinho Junior (PSC) foi à Assembleia mostrar cópia de lei de sua autoria fixando normas semelhantes às previstas na PEC do governo, rejeitada na semana passada.

A lei de Ratinho Junior, promulgada em janeiro de 2007, determina que as empresas beneficiadas devem manter o nível de emprego e aplicar até 5% do valor dos incentivos fiscais recebidos em programas voltados à qualificação do trabalhador.

Outra proposta com o mesmo objetivo também está na fila de votação da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). De autoria do deputado Antonio Belinati (PP), o projeto determina a devolução dos recursos públicos pelas empresas que beneficiadas com subsídios fiscais, demitiram funcionários.

PAULO BERNARDO DEFENDE PEC DO EMPREGO

17/03/2009 – O Estado do Paraná

O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, disse na segunda-feira (16) que os doze deputados estaduais que faltaram à sessão de votação são os culpados pela derrubada da proposta de emenda constitucional que vinculava incentivos fiscais a empresas à manutenção de empregos. "(A PEC) foi derrubada por falta de votos. Falharam os parlamentares que estavam ausentes. Caso contrário, haveria votos suficientes para aprová-la. Lamentavelmente, o pessoal estava ausente", lamentou.

"Sou totalmente favorável à vinculação de financiamentos públicos à geração e manutenção dos empregos. Os empréstimos públicos feitos as empresas tem de ter como retorno a geração de empregos. A polêmica em torno da PEC colocou o foco na discussão sobre a importância de gerar e manter empregos quando há incentivos do governo, incentivos públicos", argumentou o ministro.

Sebrae

O ministro falou que o governo federal trabalha para resgatar o volume de crédito disponível antes da eclosão da crise econômica mundial, com o objetivo de ajudar principalmente micro e pequenas empresas. "A situação está quase normalizada. Ainda temos problemas pontuais, com spreads e juros elevados em alguns bancos. Estamos colocando aproximadamente R\$ 3 bilhões, via BNDES, exclusivamente para financiar micro e pequenas empresas, para que as elas tenham condições de girar a produção e continuar crescendo", explicou.

Paulo Bernardo esteve em Curitiba para assistir a solenidade de posse do novo presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae, Jefferson Nogaroli. "O Sebrae é uma instituição importantíssima. Recebe recursos públicos e desempenha um papel

extremamente importante em assessoria, consultoria, formação e até financiamento de projetos", afirmou.

CONCORDATA DA GM SERIA CARA E ARRISCADA, DIZ WAGONER

17/03/2009 – O Estado do Paraná

O executivo-chefe da montadora norte-americana General Motors (GM), Rick Wagoner, disse nesta terça-feira (17) que continua confiante na reestruturação da companhia fora das cortes judiciais e advertiu que um pedido de concordata pode levar a direção e o conselho da GM a perder controle considerável da empresa.

Wagoner disse que o pedido de concordata "poderia funcionar, mas não vai" por conta dos muitos riscos envolvidos, como um potencial colapso na receita. Segundo ele, 99% dos problemas da GM podem ser resolvidos sem que a empresa precise recorrer a essa alternativa. "A concordata também pode ser cara e ainda representaria custos para ao governo", disse.

A montadora está trabalhando com o sindicato dos trabalhadores do setor (UAW, na sigla em inglês), e credores em acordos que reduziriam a dívida e o volume de recursos gastos em planos de saúde. Wagoner disse que tais negociações precisam ser concluídas logo e acrescentou que o governo tem de ser capaz de fornecer um acordo "justo" para os credores.

Wagoner não quis fornecer detalhes das negociações com essas partes, mas disse que as conversas estão em curso e propostas foram trocadas.

Chrysler

Os contatos da montadora norte-americana Chrysler com a força-tarefa criada pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, para o setor automotivo, têm sido produtivos, mas um pedido de concordata continua sendo uma opção, disse o executivo-chefe da companhia, Robert Nardelli, à rede de televisão CNBC.

Nardelli reiterou que a Chrysler precisa de US\$ 5 bilhões em empréstimos federais até o dia 31 deste mês para continuar operando e defendeu o valor que sua companhia obterá - por meio de economias e melhorias tecnológicas - a partir de uma parceria planejada com a italiana Fiat. As informações são da Dow Jones.

GASTO COM ACIDENTE DE TRABALHO CABE À EMPRESA

16/03/2009 – Gazeta Mercantil

São Paulo, 16 de Março de 2009 - Empregadores estão cada vez mais sendo pressionados a atender as normas de segurança do trabalho e estão mais sujeitos a responder a ações relacionadas a acidentes do trabalho. Prova disso, é que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) já cobra dos empregadores os gastos destinados a benefícios acidentários por meio das chamadas ações regressivas. De acordo com a advogada Karla Bernardo, da Pactum Consultoria Empresarial, entre 2007 e 2008 foram julgadas 12 ações regressivas, todas em favor do INSS, que deverá receber R\$ 2,455 milhões de ressarcimento. Além disso, o Ministério Público do Trabalho (MPT) tem interposto ações civis públicas contra empresas tomando como base o número de afastamentos por acidente do trabalho. Só em 2007, o INSS gastou R\$ 5 bilhões em benefícios decorrentes de acidente de trabalho, não há dados atualizados.

Diante desta realidade, especialistas alertam sobre a necessidade dos empresários adotarem medidas de segurança. "É uma agenda positiva que contenha os dados da vida médica do empregado e dos equipamentos e instruções de segurança dados pelo empregador", alerta a advogada Maria Isabel Tostes da Costa Bueno, do escritório Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados. Karla Bernardo recomenda que o empregador invista em uma equipe de segurança do trabalho e adote exames admissionais rígidos e anuais. "A responsabilidade de comprovar que não houve culpa da empresa em um eventual acidente cabe ao empregador", diz..

Seguro de Acidente

"Todos e qualquer afastamento aparece para o INSS, automaticamente, como acidente do trabalho e esses dados serão computados para calcular a alíquota da contribuição do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT), que vai de 1% a 3%, mas pode chegar a até ao dobro deste percentual. Para evitar essa majoração, o empregador deve comprovar que o afastamento não tem ligação com o ambiente do trabalho", explica Maria Isabel.

Karla Bernardo concorda e adverte que como o ônus da prova cabe à empresa, ela tem de recorrer administrativamente e, se preciso, judicialmente com provas que a isentem da responsabilidade do afastamento. "Hoje, até mesmo depressão já é caracterizada como doença ocupacional", exemplifica. Apesar desta necessidade, as especialistas afirmam que poucos empresários têm se preocupado em comprovar que os afastamentos não são acidentes e serão pegos de surpresa assim que o Decreto 6.042/2007 entrar em vigor (o que está previsto para 2010), já que a medida reúne dados recolhidos desde 2004 para efeito da determinação da alíquota do SAT.

O decreto estabeleceu um novo reenquadramento de empresas no que se refere ao grau de periculosidade, relacionando a atividade econômica à determinada doença para fins de determinação do percentual da alíquota da contribuição do SAT e, apesar de ainda não ter entrado em vigor, o decreto já é bastante questionado. Isso porque, ele disciplina a aplicação, acompanhamento e avaliação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), o que pode fazer com que as alíquotas de contribuição sejam majoradas. A crítica é com relação ao cálculo adotado para estabelecer tais alíquotas, já que qualquer tipo de afastamento está sendo calculado como acidente. "O FAP estabelece a alíquota com base em uma presunção sem a devida comprovação", diz Maria Isabel, que explica que isso advém do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário, que relaciona uma atividade com determinada doença. Para Karla Bernardo, este cálculo deve ser fator de preocupação para o empregador, pois caso ele não questione os afastamentos, ele será surpreendido no bolso com alíquotas majoradas e baseadas em seu perfil, já que não há uma verificação individual.

(Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 12) (Andrezza Queiroga)

O PRESIDENTE LULA CRITICA O CAPITALISMO EM ARTIGO AO FT

14/03/2009 – Notas Gestão Sindical

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse esperar um mundo mais "humano" após a eventual recuperação da economia mundial, em um artigo exclusivo na página de opinião do jornal Financial Times desta terça-feira. "Não estou preocupado com o nome que será dado à nova ordem econômica e social que virá depois da crise, desde que seu principal foco seja o ser humano", diz Lula no jornal.

O texto faz parte de uma série de debates e artigos promovida pelo diário britânico sobre o futuro do capitalismo.

"Hoje ninguém ousa prever qual será o futuro do capitalismo", afirma Lula. "Como líder de uma grande economia descrita como 'emergente', o que posso dizer é que tipo de sociedade espero que apareça depois desta crise". Lula diz ainda ter "esperanças de um mundo livre dos dogmas econômicos que invadiram as ideias de muitas pessoas e que foram apresentados como verdades absolutas".

"Políticas anticíclicas não deveriam ser adotadas apenas em épocas de crise. Aplicadas com antecedência - como foi feito no Brasil - elas são a garantia de uma sociedade mais justa e democrática", escreve o presidente.

Lula ainda descreve outras expectativas que tem para o fim da atual crise econômica global.

"(Espero que surja) uma sociedade que vai valorizar a produção e não a especulação. A função do setor financeiro será de estimular a produtividade - e ele estará sujeito a um controle rigoroso nacional e internacional. O comércio exterior será livre do protecionismo que está mostrando sinais perigosos de estar se intensificando", diz.

Lula também menciona suas esperanças de uma reforma nas organizações multilaterais e de um novo sistema de governança global. Em boa parte do artigo, o presidente também relembra sua infância no interior de Pernambuco, o início de sua vida de metalúrgico em São Bernardo do Campo (SP) e sua trajetória política até ser eleito em 2002.

"Para mim o capitalismo nunca foi um conceito abstrato. Ele é real, uma parte concreta do nosso dia-a-dia", escreve. Em seu artigo, Lula refere-se ao tempo em que saiu do Nordeste, rumo ao Sul do Brasil, à coragem da mãe dele, à série de empregos informais, à pouca educação: "Meu único diploma é o de operador de torno mecânico, em um curso do Serviço Nacional da Indústria". O presidente brasileiro também lembra, no artigo aos ingleses, que foi líder de greves no país, no início do retorno à democracia, ainda sob o comando dos militares. Segundo o presidente, esta trajetória levou o Partido dos Trabalhadores a protestar contra uma forma de capitalismo, no Brasil, que "não é apenas uma questão de baixos salários, trabalho insalubre e repressão aos movimentos sindicais".

O capitalismo, no país, "também se expressava em uma política econômica e em uma série de políticas governamentais baseadas nas restrições às liberdades civis", diz o presidente no artigo. E continua: "Junto com milhões de trabalhadores, descobri que isso não bastava exigir melhores salários e condições de trabalho. Era necessário lutar por cidadania e por uma profunda reorganização da vida econômica e social" no Brasil.

Este rol de políticas públicas adotadas ao longo do governo de Lula, diz ele, "permitiu que acumulássemos US\$ 207 bilhões (€164 bilhões, £150 bilhões) em reservas estrangeiras e por meio disso proteger-nos dos piores efeitos de uma crise financeira que, criada no centro do capitalismo, ameaça à estrutura inteira da economia global".

Fonte: Correio do Brasil

Autor: Assessoria de Comunicação

Data: 14/3/2009

Link relacionado: <http://www.correiodobrasil.com.br>

INDÚSTRIA PROJETA RECUPERAÇÃO...INDÚSTRIA PROJETA RECUPERAÇÃO, MAS NUNCA DIMITIU TANTO ATÉ AGORA

14/03/2009 – Notas Gestão Sindical

O Sinalizador da Produção Industrial de São Paulo cresceu em janeiro pelo segundo mês consecutivo, informou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) em parceria com a AES Eletropaulo, nesta quinta-feira. O indicador - que visa indicar a tendência da indústria no mês - subiu 5 % com ajuste sazonal sobre janeiro, para 118,2 pontos. Em janeiro, a alta havia sido de 5,7% e em dezembro o indicador havia despencado 13,5%.

A confiança dos industriais, no entanto, andou em descompasso com a realidade da produção industrial. O emprego na indústria registrou em janeiro a maior queda frente ao mesmo período do ano anterior já vista na série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), iniciada em 2001. A queda, da ordem de 2,5% ante janeiro de 2008, e de 1,3% em relação a dezembro passado é o quarto declínio mensal consecutivo.

Em 12 meses, o índice acumulado apresenta desaceleração contínua que, no intervalo terminado em janeiro, foi de 1,6%, o menor patamar desde setembro de 2007, quando os números chegaram a 1,5%. O indicador do intervalo de um ano está em queda desde agosto do ano passado. Na ocasião, marcava 3%. Segundo o IBGE, desde a intensificação da crise financeira, em setembro passado, o indicador de emprego na indústria apresentou queda de 3,9%. O índice que mostra a média dos três meses, utilizado como indicador de tendência, terminados em janeiro acentuou o ritmo de queda registrado até dezembro (-0,9%) e apresentou retração de 1,3%.

A retração de janeiro foi verificada em 13 dos 14 locais e em 12 de 18 ramos pesquisados, o que mostra que a queda no emprego não é pontual. O número de horas pagas ao trabalhador chegou a 3,6% negativos em relação a janeiro do ano passado e atingiu o menor patamar da série histórica. Em relação a dezembro, a retração foi de 1,8%, na série com ajuste sazonal. Trata-se da quarta queda consecutiva do indicador de horas pagas.

A taxa anualizada de horas pagas foi de alta de 1,4% no período até janeiro, abaixo do que havia sido verificado em dezembro, de 1,9%. A trajetória de desaceleração tem sido verificada desde outubro, quando o acumulado apontava para 2,7%. A folha de pagamento real também sofreu o impacto da crise internacional e teve queda de 1,2% em relação a dezembro, com a retração do nível de emprego e do número de horas pagas ao trabalhador. Comparado com janeiro de 2008, no entanto, o indicador teve alta de 1,2%, o menor avanço desde dezembro de 2006, quando foi de 0,5%.

Em linha

Para o IBGE, a retração de 1,3% no emprego industrial e a queda de 1,8% no total de horas pagas estão "em linha" com o menor ritmo de atividade observado nos últimos quatro meses. A produção industrial divulgada pelo IBGE na semana passada mostrava uma alta pontual, de 2,3% em janeiro, ante dezembro, mas apontava para uma tendência de queda, de acordo com o próprio instituto. No indicador de janeiro em relação ao mesmo mês do ano anterior, a queda foi a maior já registrada desde 1990, de 17,2%.

A indústria paulista demitiu 43 mil trabalhadores em fevereiro e, na comparação com o mês anterior, o nível de emprego caiu 2,09%, já contando com ajustes sazonais da atividade. Os dados fazem parte da pesquisa mensal do Nível de Emprego na Indústria, divulgada pela manhã na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Segundo a pesquisa, no acumulado do ano, a indústria paulista fechou 74 mil vagas, o que representa uma queda de 3,05% no nível de emprego.

As regiões Norte e Centro-Oeste eliminaram 4,5% das vagas de emprego, mas a queda nas horas pagas foi maior, de 6,3%. O Paraná, que também apresentou queda de 4,5% no nível de emprego, pagou 5,7% a menos de horas trabalhadas. Santa Catarina registrou retração do número de vagas em 3,5%.

Os principais impactos no nível de emprego, na média do país, foram sentidos pelos setores de Vestuário, com queda de 8,2%, Calçados e Artigos de Couro, com menos 10,3%, e Madeira, com perdas da ordem de 13,3%. Setores que já apresentavam "clara redução do ritmo de expansão" no final do ano passado, como Meios de transporte, Máquinas e Aparelhos eletrônicos e de comunicação tiveram em janeiro taxas negativas, de 1,9%, 0,3% e de 0,7%, respectivamente.

O setor de Máquinas e equipamentos, que no último trimestre de 2008 havia apresentado alta acumulada de 5,8%, acabou caindo 0,7% em janeiro. Já no sentido oposto, o setor de Petróleo e produção de álcool, por exemplo, apresentou alta no nível de emprego em janeiro, de 10,5%. O emprego também cresceu no setor de Minerais não-metálicos (3,2%), e de Papel e gráfica (1,9%).

Fonte: Correio do Brasil

Autor: Assessoria de Comunicação

Data: 14/3/2009

Link relacionado: <http://www.correiodobrasil.com.br>

COPOM 1 NOTAS DAS CENTRAIS SINDICAIS

15/03/2009 – Notas Gestão Sindical

Força Sindical

A decisão do Copom é nefasta para os trabalhadores. Os insensíveis tecnocratas do Banco Central perderam uma ótima oportunidade de afrouxar um pouco a corda que está estrangulando o setor produtivo, que gera emprego e renda. Infelizmente, mais uma vez, o governo se curva diante dos especuladores. O país precisa urgente de um ciclo de descida mais rápido da taxa básica de juros. A queda no PIB (Produto Interno Bruto) de 3,6%, no último trimestre de 2008, é resultado da hesitação dos membros do Copom em baixar os juros de forma mais agressivas. A queda do PIB é uma digital de que a crise econômica internacional chegou no País, e deve servir de alerta para o governo da necessidade de baixar os juros e o spread bancário. A demanda mundial permanece frágil, as exportações em alguns setores estão baixas, por isso é preciso fortalecer nosso mercado interno, fomentando a economia e estimulando o consumo. Mas para isto, é necessário termos juros baixos, em patamares suportáveis. A Força Sindical irá continuar a protestar, pressionar o governo e sensibilizar a sociedade sobre a necessidade de termos juros mais baixos. Paulo Pereira da Silva (Paulinho) - Presidente da Força Sindical

CTB

O Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Selic, a taxa básica de juros da economia, em 1,5 ponto porcentual, para 11,25% ao ano. É a primeira queda dessa magnitude desde 19 de novembro de 2003, quando a Selic recuou de 19% para 17,5% ao ano. A decisão, adotada por unanimidade, configura uma mudança da política monetária conservadora vigente até agora e indica que, embora com atraso, finalmente os tecnocratas do Comitê presidido pelo senhor Henrique Meirelles deixaram de fazer ouvidos moucos frente à voz e ao anseio da maioria da nação e cederam à legítima pressão dos movimentos sociais, membros do governo, incluindo o presidente Lula, industriais, comerciantes e produtores rurais. Não restam dúvidas de que a ação unitária das centrais sindicais sob a palavra de ordem "menos juros e mais desenvolvimento" teve papel determinante neste resultado, que merece o apoio crítico da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil). É indispensável enfatizar que o passo dado ainda peca por timidez. O corte não foi suficiente para nos retirar da condição de campeões mundiais dos juros altos e tampouco nos deixa muito próximos dos padrões civilizados praticados no chamado Primeiro Mundo, que diante da crise está apelando para taxas de juros negativos, ou seja, inferiores às taxas de inflação. O desempenho do PIB no quarto trimestre de 2008 (-3,6%), uma surpresa para muitos, revela uma realidade desagradável, mas com a qual queiramos ou não teremos de lidar. Independentemente da nossa boa vontade, o Brasil foi fortemente afetado pela crise do capitalismo internacional, irradiada dos EUA, e as autoridades econômicas devem enfrentar a ameaça de recessão com ousadia e sem ilusões, rompendo de vez os laços que nos prendem às ideias e políticas neoliberais e mudando corajosamente os rumos da política econômica (monetária, fiscal e cambial), de forma a abrir caminho a um novo projeto de desenvolvimento nacional, fundado na soberania e na valorização do trabalho. As centrais sindicais não devem baixar a guarda, a luta continua, por menos juros, mais desenvolvimento, contra as demissões, em defesa do emprego, do fortalecimento do mercado interno e dos direitos sociais. Wagner Gomes - Presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)

CGTB

Reduzir os juros para 5% a.a. para afastar o perigo da recessão - O corte de 1,5 ponto é completamente insuficiente em um momento que se faz necessário ampliar os investimentos, estimular o consumo e fortalecer o mercado interno, e ainda deixa o país com a maior taxa de juros básicos do mundo. Os juros estratosféricos foram a causa direta pela queda de 3,6% do PIB no último trimestre de 2008, pela diminuição de postos de trabalho no final do ano e por deixar o país à beira da recessão. O responsável por isso tem nome e sobrenome: Henrique "Judas" Meirelles. Portanto, torna-se urgente e necessária uma redução mais expressiva e acelerada dos juros, para patamares inferiores a 5% a.a., e também a diminuição do intervalo das reuniões do Copom para 15 dias. Ubiraci Dantas de Oliveira, vice-presidente da CGTB

UGT

A União Geral dos Trabalhadores – UGT condena a decisão do Copom em reduzir a taxa de juro em apenas 1,5%. Segundo o presidente da UGT, Ricardo Patah, essa decisão reflete a insensibilidade do Banco Central diante da crise econômica mundial e é uma medida que vai na contramão da lógica no momento pelo qual a economia atravessa, principalmente diante do tombo do Produto Interno Bruto (PIB), de 3,6% no 4º trimestre e do desastre na produção industrial, que apresentou queda de 17,2% em janeiro, em comparação ao mesmo mês do ano passado. O presidente da UGT diz que a crise é grave e não se pode brincar com a economia do País e com os empregos de milhares de trabalhadores. "Mais uma vez o Banco Central dá demonstração de

que esta a serviço dos banqueiros e contra os trabalhadores e o Brasil". Para Ricardo Patah faltou aos economistas de plantão no BC uma visão macro do mercado, pois diante da atual situação é necessário mais crédito para financiar o nível de consumo, mantendo a taxa de emprego num patamar que garanta a estabilidade econômica. "A taxa Selic deveria ter uma redução de no mínimo 2%. A decisão do BC só contribuiu para a inibição do crédito e o desemprego", assegura o sindicalista. O presidente da UGT diz que a desaceleração na demanda pela falta de crédito tem o BC como co-responsável e a demora de mais 45 dias para a próxima reunião do Copom poderemos ter surpresas desagradáveis para os trabalhadores.

Fonte: Gestão Sindical

Autor: Assessoria de Comunicação

Data: 15/3/2009

Link relacionado: <http://www.gestaosindical.com.br>

ETHOS ENTREVISTA TAMAS MAKRAY A CRISE É O INÍCIO DE UM MUNDO NOVO

14/03/2009 – Notas Gestão Sindical

Com novos abalos no mercado financeiro, como o prejuízo anunciado pela Seguradora AIG e previsões de que ainda estamos longe do fundo da crise, como preconizou o megainvestidor George Sörös, é necessário ampliar a visão sobre o que está ocorrendo.

Assim, o Notícias da Semana inicia nesta edição uma série de entrevistas exclusivas com empreendedores pioneiros em formar modelos mais sustentáveis de negócios, para que eles avaliem os desafios atuais e indiquem, segundo sua experiência, saídas capazes de construir uma sociedade mais justa e social, ambiental e economicamente equilibrada.

Esperamos com isso contribuir para a reflexão dos associados do Instituto Ethos diante de tomadas de decisão num momento tão conturbado.

O primeiro entrevistado desta série é Tamas Makray, empresário da área de engenharia que presidiu o Grupo Promon por 30 anos e há quatro décadas se envolve com iniciativas de proteção ambiental e transformação social.

"A crise é o início de um mundo novo", avalia Makray. "O planeta já não pode suportar o ritmo com que usamos seus recursos. O que precisa mudar é, sobretudo, a forma de pensar que predomina hoje, o mindset", continua.

Makray explica que, conheceu estudos no início dos anos 1960 que apontavam um uso de 49% dos recursos ofertados pelo planeta. Na ocasião, esse dado já o motivava a pensar em modelos sustentáveis para as atividades econômicas, considerando as futuras gerações.

Assim, ele começou a testar formas mais benéficas de interagir com a natureza. Essas experiências se davam em terras de sua família na cidade de Lorena (SP), no Vale do Paraíba. O reflorestamento de áreas junto a cursos-d'água foi eleito como prioridade. A mudança de uma produção agropecuária convencional para o plantio agroecológico e o manejo pautado no bem-estar animal juntaram-se à recuperação das matas, sempre visando restaurar o máximo de biodiversidade nos 80 hectares da então chamada Fazenda Conceição.

Os benefícios foram visíveis em ganhos de produção e no retorno de fauna e flora silvestre, além do aumento da oferta de água doce e de nascentes. O projeto se formalizou com a fazenda sendo transformada, em 1991, no Instituto Oikos de Agroecologia, uma referência em ecoeficiência na região.

“Quando, há 20 anos, o senhor Tamas começou a falar em reflorestar, todo mundo pensou: ‘Esse homem está louco. Ele quer acabar com as fazendas’. Então o que ele fez? Provou que isso funcionava, que dava certo”, conta Adriano Barbosa, presidente da Associação dos Produtores Rurais do Ribeirão dos Macacos, rio que corta as terras do Instituto Oikos e é foco de um trabalho constante de conscientização e preservação por parte da organização.

Barbosa explica que antes ele tinha problemas com as capivaras, que vinham comer a cana que plantava. “O Instituto Oikos veio e esclareceu que as capivaras estavam atacando a lavoura porque não havia mais mata às margens do ribeirão. Eles nos aconselharam a replantar mata nativa naquela área e deu certo. Hoje, já não tenho nenhum problema com as capivaras”, declara o agricultor.

Trabalho integrado

Uma das premissas da organização fundada por Makray é o trabalho integrado com toda a vizinhança. Não poderia ser diferente para um ex-dirigente da Promon, empresa pioneira na utilização da gestão participativa, que desde 1961 já fazia um planejamento conjunto com todos os seus funcionários e lhes dava acesso integral à contabilidade.

Vencer as resistências e gerar união e cooperação em seu entorno não foi fácil. Mesmo assim, a iniciativa avançou a tal ponto que hoje o Oikos está liderando estudos para ligar os altos da Mantiqueira à Serra do Mar, por meio de corredores ecológicos.

“Conectar fragmentos florestais serve para ampliar os benefícios das florestas. As florestas nos prestam diversos serviços ambientais, como manutenção da água, conservação do solo, controle climático e proteção da biodiversidade”, detalha a geóloga Alexandra Andrade, contratada para gerenciar esse projeto.

“Todos esperam que os outros tomem medidas, mas ninguém se mexe. É preciso cada um fazer agora aquilo de que é capaz. Nós somos pequenos e estamos fazendo a nossa parte. Os governos e as grandes corporações têm de fazer a parte delas também”, destaca Makray.

Quanto à crise em si, ele diz: “Existe, atualmente, uma cultura de endividamento. Por que isso? Como um sistema pode funcionar se as pessoas ou empresas gastam mais do que ganham, continuamente?”

E conclui: “Hoje, temo pelos meus netos, pois estamos usando 130% dos recursos naturais deste pequeno planeta. Passamos da hora de reagir e é preciso adotar mudanças imediatamente”. Na sua visão, se as mudanças necessárias não forem feitas de forma voluntária, serão impostas por cataclismas, fome e escassez de água potável, bem como pelas convulsões sociais que esses fatores causarão.

Fonte: Instituto Ethos

Autor: Assessoria de Comunicação

Data: 14/3/2009

Link relacionado: <http://www.ethos.org.br>